

PROJETO PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ILHABELA

PROCESSO SELETIVO – EDITAL N.º 02.2024

MÉDIO COMPLETO – MANHÃ

CARGO: 201 – AUXILIAR DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Prezado(s) Candidato(s),

Em resposta ao recurso interposto em relação à publicação do Gabarito da Prova Objetiva, informa-se abaixo o parecer da Banca Examinadora.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 16

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada conforme disposto no artigo 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que abaixo segue para cotejo.

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

~~IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;~~

IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade; ([Redação dada pela Lei nº 13.306, de 2016](#))

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;

VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola.

A proposição I é **correta**, conforme inciso III. A proposição II é **incorreta**, conforme inciso IV e a proposição III é **correta**, conforme o inciso V, todos do artigo supracitado.

Sendo assim, apenas as proposições I e III são corretas, conforme gabarito oficial publicado.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 17

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada conforme disposto no artigo 53-A do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que abaixo segue para cotejo:

É dever da instituição de ensino, clubes e agremiações recreativas e de estabelecimentos congêneres assegurar medidas de conscientização, prevenção e

enfrentamento ao uso ou dependência de drogas ilícitas. ([Incluído pela Lei nº 13.840, de 2019](#)) (Grifo Nosso).

Diante do exposto, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 18

O recurso é improcedente, pois conforme determina o Capítulo X (Dos Recursos), no subitem **10.9. “Não serão apreciados os recursos que forem apresentados: 10.9.1. Em desacordo com as especificações contidas neste Capítulo. 10.9.2. Fora do prazo estabelecido. 10.9.3. Sem fundamentação lógica e consistente. 10.9.4. Com argumentação idêntica a outros recursos. 10.9.5. Contra terceiros. 10.9.6. Com teor que desrespeite a Banca Examinadora. 15 10.10. Em hipótese alguma, serão aceitos revisão de recurso, recurso do recurso ou recurso de Gabarito Final Definitivo. (...) 10.12. A Banca Examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.**

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 19

O recurso é improcedente, pois, considerando que o enunciado da questão pede que o candidato assinale a alternativa que apresenta a “exceção”, de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a única alternativa que correta é a “A”, conforme segue abaixo para cotejo.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

IX - adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, **levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência.**

Diante do exposto, as demais alternativas são corretas, conforme artigo 28 do mesmo Estatuto, incisos I, II e XV.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 23

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada de acordo com o § único, do artigo 22, da LDBEN, que abaixo segue para cotejo.

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Parágrafo único. São objetivos precípuos da educação básica a **“alfabetização plena e a formação de leitores”**, como requisitos essenciais para o cumprimento das finalidades constantes do caput deste artigo.

Bom que dizer que a alternativa “D”, posta em debate pela candidata, é incorreta, bem como a questão é objetiva e clara em seu contexto e não deixa margem para o debate pedagógico, desse modo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 25

O recurso é improcedente, a questão foi elaborada em consonância com o Manual de Primeiros Socorros da Fiocruz (p. 41), e no que se refere à respiração boca a boca, fica indicado o procedimento, que abaixo segue para cotejo.

Para iniciar a respiração boca a boca e promover a ressuscitação cardiorespiratória, deve-se obedecer a seguinte sequência:

- Deitar o acidentado de costas.
- Desobstruir as vias aéreas.
- Remover prótese dentária (caso haja), limpar sangue ou vômito.
- **Pôr uma das mãos sob a nuca do acidentado e a outra mão na testa (proposição II é correta).**
- **Inclinar a cabeça do acidentado para trás até que o queixo fique em um nível superior ao do nariz, de forma que a língua não impeça a passagem de ar, mantendo-a nesta posição (proposição III é correta).**
- Fechar bem as narinas do acidentado, usando os dedos polegar e indicador, utilizando a mão que foi colocada anteriormente na testa do acidentado.
- Inspirar profundamente.
- Colocar a boca com firmeza sobre a boca do acidentado, vedando a totalmente (Figura 6).
- **Soprar vigorosamente para dentro da boca do acidentado, até notar que seu peito está levantando. (proposição I é incorreta porque o ato de soprar não pode ser feito de forma delicada).**

Compete referir que a respiração boca a boca pode ser útil em algumas situações, mas, atualmente, não é recomendada como padrão geral para reanimação em adultos.

Vale ressaltar que as diretrizes mais recentes enfatizam a compressão torácica (massagem cardíaca) como a prioridade principal na Reanimação Cardiopulmonar (RCP). Estudos ainda recomendam tal procedimento nos seguintes casos: afogamento, asfixia, overdose, intoxicação ou parada respiratória: Nestes casos, a pessoa pode precisar de ventilação, pois o problema inicial está na falta de oxigenação. Em crianças e bebês, a respiração boca a boca (ou boca a nariz em bebês pequenos) continua sendo recomendada, pois a parada cardiorrespiratória infantil geralmente é causada por problemas respiratórios. Este último mostra a importância de tratar do assunto em uma prova voltada para uma função que trabalhará com crianças pequenas.

Ademais, como não há indicação bibliográfica no edital do certame, a banca optou por usar o Manual de Primeiros Socorros da Fiocruz, pois se trata de uma bibliografia reconhecida e disponível para todos, razão pela qual a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 26

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada em consonância com o Manual de Primeiros Socorros da Fiocruz (p. 106), que abaixo segue para cotejo:

Primeiros Socorros

A. Se a pessoa apenas começou a desfalecer (Figura 29):

- Sentá-la em uma cadeira, ou outro local semelhante.
- Curvá-la para frente.
- Baixar a cabeça do acidentado, colocando-a entre as pernas e pressionar a cabeça para baixo.
- Manter a cabeça mais baixa que os joelhos.
- Fazê-la respirar profundamente, até que passe o mal-estar.



Figura 9 - vítima de desmaio

B. Havendo o desmaio:

- Manter o acidentado deitado, colocando sua cabeça e ombros em posição mais baixa em relação ao resto do corpo (Figura 30).
- Afrouxar a sua roupa.
- Manter o ambiente arejado.
- Se houver vômito, lateralizar-lhe a cabeça, para evitar sufocamento.
- Depois que o acidentado se recuperar, pode ser dado a ela café, chá ou mesmo água com açúcar.
- Não se deve dar jamais bebida alcoólica.

Desse modo, a única alternativa correta é a “B”; já a alternativa “A” é correta porque a cabeça e os ombros não podem ficar em posição mais alta, como indica a referida alternativa, razão pela qual a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 28

O recurso é improcedente, pois o texto da alternativa “D” está de acordo com o que preconiza o trabalho em equipe, que se trata de um processo colaborativo em que indivíduos unem esforços para alcançar um objetivo comum. Ele é essencial em diversos contextos, inclusive na escola. Quando realizado de forma eficaz, promove o desenvolvimento de habilidades interpessoais, aumenta a produtividade e melhora os resultados do grupo, razão pela qual a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 30

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada em conformidade com o disposto no RCNEI, volume 2, p. 60, que aduz:

“Os horários de sono e repouso não são definidos a priori, mas dependem de cada caso, ou de cada tipo de atendimento. A frequência em instituições de educação infantil acaba regulando e criando uma constância. Mas é importante que haja

flexibilidade de horários e a existência de ambientes para sono ou para atividades mais repousantes, pois as necessidades das crianças são diferentes. Desaconselha-se manter os bebês e crianças que estão dormindo, ou desejando fazê-lo, em ambientes muito claros ou ruidosos e recomenda-se prever brincadeiras, atividades, materiais e ambiente adequado para aqueles que não querem dormir no mesmo horário”.

Por fim, vale destacar que expressão “a priori” indica “**sem ter em conta os precedentes ou a experiência**”. Esclarecido isso, a alternativa está correta, pois os horários de sono e repouso dependem de cada caso, ou de cada tipo de atendimento, razão pela qual a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

É o que tem a esclarecer.

Atenciosamente,

Instituto Mais de Gestão e Desenvolvimento Social